

ONGs X ESTADO: INICIATIVAS PARA A INSERÇÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL

Dircenara dos Santos Sanger¹

O negro é um dos formadores do povo brasileiro. Forma o Brasil juntamente com o branco, indígena e o amarelo, classificação esta utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins do estudo, meu interesse delimitou-se em analisar as diferenças existentes entre os indivíduos em maior número da população (brancos e negros), em especial este último.

Para situar a respeito das diferenças existentes entre brancos e negros no país faço uma breve análise privilegiando dados estatísticos do Brasil. Focalizando regionalmente o

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do Centro Universitário Feevale – RS.

argumento da desigualdade racial, enfoco os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra, em números, uma retrospectiva feita na década de 90, com a categoria cor no Brasil, evidenciando as diferenças nos indicadores sociais, educacionais, ocupacionais e de renda. A população brasileira compõe-se de 54% de brancos e 45% de não brancos, ou negros (somando-se pretos e pardos), (Brasil, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000).

A partir dos dados da Tabela 1 (em anexo) observa-se que os negros vivem principalmente nas regiões norte e nordeste, consideradas as mais pobres do país. Isso coloca-os em situação de vulnerabilidade, em especial, no que diz respeito às condições de vida e ao acesso a serviços básicos.

O percentual da população negra é de 11,8% sobre a população total da Região Sul. Dentre as regiões metropolitanas, Porto Alegre tem a menor concentração de negros na população se comparada a Salvador, que possui 81,1% (Tabela 2, em anexo). Vale a pena ressaltar os dados do Censo Demográfico 2000 (1º Resultados da Amostra – IBGE): o total da população residente porto-alegrense é de 1.360.590 e, de negros (somando-se pardos e pretos) é 225.354.

A educação é vista como um meio de mobilidade social ascendente dos indivíduos². A população vê o aumento de escolaridade como um caminho para a mudança de classe social. O acesso à educação é apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores para o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a obtenção de melhores níveis de renda.

Os indicadores da educação mostram melhora significativa dos índices ao longo da década de 90, destacando-se a redução do analfabetismo e o aumento da taxa de escolarização entre pessoas de 5 a 24 anos. O aumento da taxa de escolarização é mais expressivo na faixa etária de 15 a 17 anos (Democracia Viva, 2001). Apesar de que na faixa mais jovem, Henriques coloca: “de 15 a 24 anos, as diferenças ainda são importantes; vemos que a taxa de analfabetismo dos brancos caiu de 4,4% em 1992, para 2,5% em 1999, enquanto entre os negros a queda foi de 13,2% para 7,4%” (2002, p. 38).

² Conforme Barcellos (1996).

A Tabela 3 (em anexo) traz dados sobre a média de anos de estudo conforme sexo e cor, em 1999. A primeira comprovação é a baixa escolaridade da população brasileira como um todo, já que a média é 5,7 anos de estudo. A média de anos de estudo de um branco para um negro é de 6,6 para 4,6, respectivamente. Os negros possuem em média dois anos de estudo a menos que os brancos. Analisando a Região Sul, os dados mostram que não existe muita diferença nos números; os brancos possuem em média 6,5 anos de estudo e os negros somente 4,7.

Cabe destacar Henriques (2002, p. 35-6) que vem a corroborar os percentuais já mostrados. “[...] cerca de 19% da população branca tem 11 anos ou mais de estudo, mas menos de 8% dos negros atingem esse patamar de escolaridade. Em particular, os brancos com curso superior completo (15 anos ou mais) superam em 5 vezes os negros”.

Nos indicadores de ocupação e rendimento, aumentou o número de pessoas, trabalhando por conta própria (23,2%), como empregador (4,1%), com carteira assinada, destacando os trabalhadores domésticos (de 17,5% em 1992 para 25,0% em 1999). Com base nos dados da Tabela 4 (em anexo), as mulheres negras são maioria na taxa de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre, que corresponde a 26,3%. Para as mulheres brancas, o número cai para 18,6% no ano de 2000. Em termos da taxa de desemprego dos homens negros, como mostra a Tabela 5 (segue em anexo), a realidade não é muito diferente: 22,1% estão desempregados e apenas 13,3% de homens brancos encontram-se nessa situação (Mulher e trabalho, 2001).

Paixão (2003) corrobora este quadro com mais um dado que merece ser aqui explicitado: “se em 1997 o rendimento médio familiar *per capita* de uma família chefiada por um afro-descendente no Brasil representava 42,15% do rendimento médio familiar *per capita* de uma família chefiada por um branco, em 1999 esta diferença persistia, sendo de 42,8%” (p. 83).

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a pesquisa revela que, do total da População Economicamente Ativa (1998), que é de 1.640, somente 192 negros fazem parte desta, segundo a Tabela 6 (em anexo) (INSPIR, 2002). Os negros marcam presença em maior número como desempregados. Concentram-se nos postos de trabalho mais desprotegidos e com os mais baixos rendimentos. As oportunidades de emprego são

escassas para os negros porque eles possuem um índice de escolaridade inferior ao dos brancos.

A população negra, na década de 90, obteve, no conjunto, pouco progresso nas profissões de maior prestígio social, no estabelecimento do seu próprio negócio e, portanto, no aumento de seus rendimentos. A principal concentração dos indivíduos negros é em atividades manuais que exigem pouca escolaridade e qualificação.

Já se passaram mais de 100 anos após a abolição da escravidão e a instauração da república no Brasil. No entanto, a maioria dos negros não consegue alcançar o pleno exercício de sua cidadania. Tal fato é evidenciado, através dos índices de desemprego, de renda dos estudantes dos cursos pré-vestibulares. A situação dos alunos que estão nos cursos pré-vestibulares (CPV) gaúchos é semelhante à vivenciada no restante do país.

A partir da abolição da escravidão, os negros estavam libertos do cativeiro, porém não houve nenhum projeto para incorporá-los ao trabalho. Não se cogitava sobre os destinos da grande população escrava; o próprio texto da lei mostrava como não se pensara na incorporação dos ex-escravos (Schwarcz, 1996). Os ex-escravos eram vistos como cidadãos de segunda categoria, restando-lhes pouco espaço para o exercício da cidadania.

As disparidades entre brancos e negros são amplamente disseminadas na sociedade como sendo da ordem econômica e não racial. Entretanto, com base nas pesquisas realizadas nas últimas duas décadas, bem como pelos dados estatísticos, fica evidente o descrédito que devemos dar à afirmação de que a ausência de conflitos raciais abertos, atesta a inexistência de racismo no Brasil.

O racismo resulta de desequilíbrios sociais entre brancos e negros, porém não gera conflitos raciais violentos porque no Brasil temos o chamado “racismo à brasileira”. Esta é a hipótese de um tipo de racismo peculiar ao país, muito bem definido por Schwarcz (1996, p. 154), dizendo que “as pessoas concordam em destacar a relação harmoniosa entre os diferentes grupos e jogam sempre o problema para o âmbito pessoal”. Tal fato, entre outros, gera o “mito da democracia racial” no Brasil, que se mostra como uma forma de mascarar que brancos e negros vivem em harmonia. Gomes (1995, p. 61) menciona que

o mito da democracia racial no Brasil surgiu com o objetivo de distorcer a percepção da realidade racial brasileira, inculcando, nos negros e nos brancos, a ilusão de que as oportunidades de ascensão social estavam

colocadas para a sociedade brasileira, porém somente aqueles que tivessem um profundo empenho individual conseguiriam alcançá-las.

Sabe-se que a ascensão social não depende somente do empenho individual, mas, sobretudo, das oportunidades oferecidas aos diferentes segmentos da sociedade. Para melhor entendermos o singular modelo das relações raciais no Brasil é de grande ajuda a análise do ideal de “branqueamento”. A tese do “branqueamento” era baseada na idéia de que se poderia chegar à “raça pura” (branca) por meio da miscigenação seletiva, priorizando a vinda dos brancos, através de uma política oficial de imigração. Conforme d’Adesky (2001, p. 69)³:

O ideal de branqueamento, que se apresenta por meio da miscigenação como um anti-racismo, revela na realidade um racismo profundamente heteróforo em relação ao negro. De fato, ele oculta uma integração distorcida, marcada por um racismo que pressupõe uma concepção evolucionista da caminhada necessária da humanidade em direção ao melhor, isto é, em direção a uma população branca, pelo menos na aparência.

Um dos conceitos a ser trabalhado nesse estudo é o de raça, tendo em vista que está entre os objetivos de um dos cursos pré-vestibulares analisados, priorizar negros e no outro se encontram subsumido nos assuntos tratados em sala de aula. Outro motivo pela escolha do tema raça deu-se pelos dados apresentados anteriormente, que mostram a desigualdade racial que vigora no país.

Neste trabalho optei por usar a terminologia “negro” em vez de “não branco”, pois “esta definição se baseia em uma argumentação política que tem sua razão de ser na oposição entre dominadores e dominados, e na existência de um sistema de hierarquização social que repousa sobre as dicotomias que, durante três séculos, sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros” (d’Adesky, 2001, p. 35).⁴ Essa classificação

³ Sobre este estudo ver Barcellos (1996), Skidmore (1989).

⁴ “A análise lexical mostra que a categoria não-branco não corresponde totalmente à denominação negro. Não somente define os negros, *lato sensu*, por uma negação, mas também os designa de um ponto de vista etnocêntrico, isto é, a partir da categoria branco. Essas diferenças lexicais mostram, a importância ideológica das palavras e seu peso simbólico quando são utilizadas no quadro de relações sociais desiguais. (...) De fato, os termos branco e negro, devem ser entendidos no trabalho segundo sua dimensão *constructio* social, não se referirão, de forma alguma, a categorias biológicas. Todavia convém assinalar que esses termos são apreendidos numa dinâmica de interação que os submete a um campo ideológico constituído de estereótipos,

também é adotada pelo Movimento Negro, cujo termo negro engloba mulatos, pardos, morenos, sararás etc., em uma só categoria: negros.

Para fins de análise, utilizarei neste artigo o conceito de Guimarães (1999, p. 64), mencionando que:

[...] raças como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseada numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas.

Juntamente com o conceito de Guimarães, utilizo Barcellos (1996, p. 34) que define: “[...] cor e/ou raça enquanto atributo social, ou seja, como emblema de identidade portador de significado e valor, constituindo uma marca social capaz de estabelecer os limites, as fronteiras entre negros e brancos”. Durante as entrevistas feitas com os estudantes dos cursos pré-vestibulares, alguns dos depoimentos relatam experiências do seu dia-a-dia, evidenciando esta marca que define muito bem quem é negro e branco no Brasil. Isto fica explícito quando, mencionam que, sofrem discriminação ao entrar numa loja para olhar um determinado produto; no coletivo urbano no momento em que ninguém senta ao seu lado; na procura de um emprego etc.

Sabendo-se da desigualdade de oportunidades, o curso Superação faz discriminação positiva pela raça. Visto que, nos seus objetivos, segundo a entrevista com o coordenador, entre um branco e um negro pobre opta-se pelo negro. Ressalta-se o fato de que ações, como as do curso Superação, que prioriza negros e gratuidade, ainda são poucas no Estado do Rio Grande do Sul. Iniciativas como esta são de suma importância, visto que, para alguns alunos, tal oportunidade tornar-se a única maneira de poderem concorrer ao vestibular. Silvério (2001) destaca, como novidade na sociedade brasileira, o aumento do número de jovens que se encontram nos inúmeros cursinhos, para negros e carentes, espalhados pelo Brasil. Há um movimento social crescente, diferentemente de benefícios

de preconceitos que apresentam a imagem do negro inferiorizada em relação à do branco. (...) Com base nisso, propomos uma definição de negro como sendo todo indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones estéticos ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário (...)” (d’Adesky, 2001, p. 34).

particularistas, que privilegiam a juventude negra. Esses jovens esperam que lhes sejam asseguradas as condições mínimas de continuidade de seus estudos para disputarem, com igualdade de condições, as escassas oportunidades em uma sociedade que tem se orientado por conceder privilégios aos brancos.

Nesse sentido, considero que as ações desenvolvidas por ambos os cursos pré-vestibulares podem ser entendidas como um tipo de ‘ação afirmativa distorcida’. Este conceito utilizado para expressar a iniciativa é usado pelo autor Silva W. que coordena o Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo (USP), que mantém um pré-vestibular para negros e carentes.

Projetos que, em meu entender, só podem ser adequadamente avaliados e entendidos como parte, distorcida, de um processo de ações afirmativas. Digo ‘distorcida’ porque, diferentemente do que seria ‘esperado’, essas ações estão sendo empreendidas por setores outros que não o Estado, em geral sem nenhum apoio institucional (2002, p. 54).

O autor traz à tona uma responsabilidade que seria do Estado, mas que acaba por ser assumida por outros setores da sociedade, no caso do estudo, pela ONG IBÁ e pela ASP. Mesmo que a ASP não faça nenhum tipo de discriminação em relação à raça ou etnia, mas, sim, faz sua seleção com base na questão econômica, denominada pelo curso – carentes, ajudando a uma parte significativa da sociedade que não teria como pagar um pré-vestibular. Na mesma linha, Silva Jr. avança no sentido de problematizar o papel do Estado frente às ações afirmativas e à necessidade de seu comprometimento.

[...] numa sociedade como a brasileira, desfigurada por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis. Vale dizer, incumbe ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isto dá-se o nome de ação positiva, compreendida como comportamento ativo do Estado, em contraposição a atitude negativa, passiva, limitada à mera intenção de não discriminar (2000, p. 380).

Silva Jr. faz uma crítica ao Estado, enfocando que não basta apenas haver leis, é necessário ir além. Deve-se criar condições para que exista igualdade de oportunidades entre os diferentes cidadãos brasileiros. Poderia arriscar que tais condições seriam

entendidas como programas de ação, recursos para minimizar as desigualdades e as discriminações raciais. Há, ainda, um longo caminho para que se alcance tais objetivos, mas torna-se alentador o fato de já termos começado a dar os primeiros passos (a exemplo, do Programa Diversidade na Universidade, a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas⁵).

Sabe-se da existência de vários conceitos a respeito do tema ação afirmativa, mas para fins do estudo o uso que se entende mais adequado é a utilização do conceito do autor Silva W. (2002) acrescido do exposto logo abaixo, da ONG Geledés. Tendo em vista o objetivo do curso Superação, que é o de beneficiar negros a se preparem para o vestibular, e seu intuito de formação social, o conceito de ação afirmativa será utilizado como política que favorece negros em detrimento de outros segmentos sociais.

Entende-se por ação afirmativa, segundo o Geledés (2002):

qualquer política que vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais. A ação afirmativa também é chamada de discriminação positiva. Implicam na formulação de políticas abertamente não universais, visando beneficiar de forma diferenciada grupos discriminados de modo a permitir que, no médio e longo prazo, eles possam alcançar condições econômicas, sociais e culturais equânimes. As premissas da ação afirmativa são o reconhecimento de que pessoas sujeitas à desigualdade devem receber tratamento diferenciado e a promoção da justiça social.

De acordo com o conceito do Geledés entendo que o Superação, ao selecionar alunos negros para ingressarem no curso, está discriminando positivamente a fim de beneficiar este grupo.

Em termos oficiais, foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) um conceito de ação afirmativa, que poderá servir de referência para implantação de políticas públicas em benefício da população negra.⁶ O conceito diz:

⁵ Lei nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Barros, 2003).

⁶ O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) foi criado em 20 de novembro de 1995 e instalado em 27 de fevereiro de 1996. (Santos S., 1999, p. 48)

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (Santos S., 1999, p. 43).

O conceito traz a preocupação com as desigualdades raciais e o reconhecimento das diferenças étnico-raciais, que “impõem a necessidade de políticas preocupadas com reparações, compensações e/ou ações afirmativas que visem assegurar condições de acesso e tratamento igualitário para os afrodescendentes em todas as esferas da vida social” (Silvério, 2001, p. 4)⁷.

Gostaria ainda, de continuar discutindo um dos focos do artigo: desresponsabilização do Estado para com a sociedade civil. Falando em termos sociais, assiste-se na última década do século XX a privatização dos serviços e órgãos públicos, transformando-se esses em mercadorias, onde a população deve pagar por serviços e bens sociais que antes eram oferecidos pelo Estado. Segundo Voigt (2001, p. 80)

todos estão responsabilizados, de um jeito ou de outro, com a tarefa pública e a própria lei brasileira passa a prever esta desconcentração. Por exemplo, no artigo 227 da Constituição Federal consta que *É dever da família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...]*.

Isso mostra que, independente da situação, a família ou sociedade têm total responsabilidade seja pela saúde, seja pela vida da criança ou do adolescente e, em última instância, cabem tais funções ao Estado.

O Estado assume um papel secundário, apenas devendo repassar os empréstimos que são concedidos pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Estes,

⁷ A noção de reparação foi, aparentemente, lançada por uma componente do movimento negro norte-americano, celebrada em muitas das letras da música reggae e nos filmes de Spike Lee (cuja a companhia de produção se chama “Quarenta acres e uma mula”, o equivalente ao que foi prometido aos ex-escravos pelos nortistas durante a guerra civil americana), e, nos últimos anos, promovida internacionalmente pelas missões diplomáticas da Nigéria. A idéia que se encontra por trás da noção de reparação – já colocada em prática com as vítimas do holocausto nazista – é a de compensar, com uma quantia a definir, todos os negros do Novo Mundo, vítimas de injustiças históricas (Sansone, 1998, p. 754).

por sua vez, buscam estabelecer parcerias com os organismos da sociedade civil sem passar necessariamente pela figura do Estado.

Com a desresponsabilização do Estado, as ONGs vêm assumindo um papel importante a partir da década de 90. Houve uma transferência da função pública e, nesse processo de inovação institucional, conhecemos a figura do projeto, sendo este uma arma das ONGs para arrecadar fundos. “As políticas públicas no campo social são pensadas cada vez mais como políticas a serem implementadas através de projetos que tenham começo, meio e fim [...]” (Steil, 2001, p. 16).

Apesar do importante papel que as ONGs têm assumido, estas não podem sustentar políticas públicas que são de responsabilidade exclusiva do Estado e tampouco fechar o rombo da dívida social do país.

Gostaria de fazer algumas conexões do tema desenvolvido – ONGs, com o trabalho voluntário que vem sendo desenvolvido nos cursos pré-vestibulares, usando como exemplificação o relato do docente de um dos cursos. Na perspectiva do voluntariado, o professor o vê como: *o serviço voluntário é uma cachaca e a gente fica viciado muito facilmente. E, acho que essa questão do tempo é muito relativa, todos encontramos tempo quando temos menos tempo. Quanto menos tempo tens disponível tu acha um tempo[...]* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Tratando das questões metodológicas, utilizei como abordagem no estudo um olhar etnográfico. A etnografia consiste numa “descrição profunda” (Bogdan e Biklen, 1994), então, comecei a fazer leituras que me auxiliassem nos caminhos a serem percorridos durante o estudo. Essa descrição profunda tentou trazer à tona os pensamentos, entendimentos dos sujeitos sobre os mais determinados assuntos que se referem às dinâmicas dos cursos.

Outro conceito de etnografia que cabe no estudo aqui apresentado é mencionado por Woods, *apud* TRIVIÑOS (2001, p. 135): “a etnografia é a ‘descrição do modo de vida de uma raça ou de um grupo de indivíduos’. O pesquisador que trabalha na perspectiva metodológica etnográfica interessar-se-ia especialmente pelos valores, pelas crenças, pelas formas gerais de comportamento dos grupos estudados”.

Então, em agosto de 2002, retomei meus contatos com os coordenadores dos cursos pré-vestibulares, explicitando a nova fase em que se encontrava minha pesquisa e as

orientações para minha inserção em campo. Nas inúmeras aulas assistidas, fui me relacionando com os alunos, possibilitando outros espaços de convívio que não somente o local onde aconteciam os cursos. Em vários momentos saímos para almoçar, fomos ao *shopping*, parques e outros locais.

Assim como a observação é uma das estratégias mais usadas na investigação qualitativa, a entrevista é outra possibilidade utilizada para recolher os dados. Bogdan e Biklen (1994, p. 134) mencionam que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. O período que fiquei em campo foi importante para estabelecer uma relação com os alunos, coordenação e professores, a fim estabelecer uma confiança com os grupos e, mais tarde, concordarem em dar as entrevistas.

As entrevistas variaram de acordo com seu grau de estruturação. Para entrevistar os sujeitos da pesquisa optei pela modalidade semiestruturada. “Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários *sujeitos*, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 135). A partir dos roteiros abriu-se a possibilidade do comparativo e confrontação entre os três grupos dos sujeitos: professores, alunos e coordenações. As entrevistas possibilitaram ver o que existia de semelhante e diferente nos cursos.

Após as considerações feitas acima passo, propriamente dito, para os temas da disciplina de “Cultura e Cidadania”. Os temas, citados pela professora, mais recorrentes durante as aulas são: vida universitária, cidadania negra, postura adequada para a conquista de emprego, datas importantes para consciência negra, esforço que o negro deve empreender para conquistar seu espaço na sociedade, racismo e discriminação. Explicitarei apenas alguns dos temas para o leitor apreciar:

Quanto ao assunto vida universitária tratada na disciplina, a professora busca subsídios na sua própria carreira, como adjunta da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Nesse sentido a docente vê-se comprometida a prepará-los a viver a universidade. Para a professora é fundamental o aluno conhecer a respeito do local onde tanto almejam entrar – universidade. [...] *não há nenhuma disciplina, nenhum*

momento que os alunos parem para pensar, para discutir, para ouvir o que é universidade [...] O que é uma carreira de nível superior? O que é um profissional liberal, o que é um licenciado? Qual a diferença entre um professor e um bacharel? (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Outro tema discutido na disciplina é cidadania negra. É dado um outro enfoque a questão até porque os próprios alunos já vêm com um preconceito em relação a esses temas. Conforme a professora: *Começo com a Constituição do Brasil, com os direitos, deveres sociais, temos muito mais direitos do que deveres. É outra coisa que não concordo. Porque para mim a cada direito corresponde a um dever e vice-versa. Direitos na Constituição do Rio Grande do Sul e aí vou abrindo espaço, que direitos são esses, o que é cidadania, o que é participação social, então procuro trabalhar essas questões* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Como a professora relatou acima, através do enfoque dado à disciplina, mostra também os heróis negros, datas que são tidas por grande parte dos negros como marcos históricos para conscientização da comunidade negra [...] *por exemplo, a data de 20 de novembro é uma data importante para gente trabalhar com eles. Por que trabalha-se líder Zumbi dos Palmares, nessa perspectiva de que foi uma pessoa que se destacou, lutou contra a escravidão, lutou. Então a luta dele hoje modernamente é com outras estratégias, com outras armas que a gente faz. Todos nós, nos nossos campos somos um pouco Zumbi [...]* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Através da temática discutida em aula, tenta expor aos alunos que a entrada na universidade, depende de seu esforço pessoal para alcançar tal objetivo.

E o último tema que vou aqui explicitar, trabalhado pela professora na disciplina de “Cultura e Cidadania”, é sobre questões raciais. Apesar da turma não ser composta só de negros, o tema era tratado pela professora para que os alunos brancos percebessem que estão ocupando que é deles. *Mas que aquele espaço preferencialmente é do nosso negro e que portanto, a gente tem a maior preocupação de trabalhar essas questões.* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

No entanto, a docente destaca que, em anos anteriores do curso, os alunos manifestavam-se, dizendo que não eram racistas e que não existe racismo, dando exemplos de suas comunidades, onde negros e brancos convivem em perfeita harmonia. Então,

explica que isso acontece apenas em alguns espaços, mas que em outros, o racismo e a discriminação estão bem evidenciados. Os alunos argumentam que a questão é econômica, porque se o negro tem recursos financeiros, ele é aceito em qualquer lugar da sociedade. A professora mostra que existem as mais variadas situações: *Porque às vezes, realmente, nem com dinheiro certos espaços estão abertos, assim como é que vou dizer visivelmente. Porque tudo é feito muito sutilmente, até porque se eles escancarem, eles são incursos na Lei Afonso Arinos, então eles não [...] aquele verdadeiro racista, ele não se arrisca porque se ele der oportunidade, ele até vai preso. E se ele trabalhar sutilmente, vai ser mais difícil se caracterizar* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A disciplina de “Cultura e Cidadania”, na visão da professora, tem uma metodologia diferenciada das demais, onde se forma um espaço muito mais de discussão e reflexão do que propriamente uma aula com uma estrutura formal. Segundo a docente: *Porque ali são questões mesmo da vida, é questão da cidadania, o que é ser cidadão, é participar. Mas como é que nós participamos, né* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Nas disciplinas atípicas “Modelos Civilizatórios Africanos e Direitos Humanos e Cidadania” do curso Superação eram tratados tópicos que discorriam sobre: preconceito, gênero, racismo identidade negra, religiosidade, entre outros. Foi ministrada pela professora durante o período de maio a julho de 2002. A disciplina foi suspensa em comum acordo entre a professora que tinha de se afastar por suas obrigações religiosas e pelo grupo de docentes que entendeu que outras matérias eram mais importantes. A respeito desse último aspecto, a própria docente da disciplina faz uma crítica dizendo: *Então assim teríamos que tirar algumas aulas não é, e, para esse modelo formal de escola são importantes e tirar algumas aulas que para o ver de algumas pessoas não são importantes. E aí eles optaram por tirar Modelos Civilizatórios Africanos, Direitos Humanos e Cidadania [...] Para eles isso é atípico, é para encher lingüiça infelizmente para alguns deles. Senti isso, sou professor de Física, sou professor de matemática, isso dói, isto está implícito [...]* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação). Ficou inegável na fala da professora o descrédito que alguns professores davam a sua disciplina. Tal descrédito acontecia porque o modelo de ‘escola formal’ não possui esse tipo de disciplina que visa questões mais sociais ou de ordem racial, segundo a professora S..

Por isso, propõe uma educação diferenciada, pressupondo que: *nosso grande desafio é pensar um grande projeto não só trabalhar com essa classe que consegue chegar ao pré-vestibular [...] Vocês são vencedores, conseguiram chegar até aqui, mas anteriores a vocês têm negros e jovens negros que estão na obra.* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Na opinião da professora, essa educação diferenciada deve abranger disciplinas de que não possuem um caráter somente de preparo para o vestibular, mas também discussões que alcancem à identidade dos alunos, realidade onde estão inseridos. Nesse sentido, a disciplina não é compreendida como atípica ao vestibular, já que faz parte da vida dos educandos. Talvez ela possa ser considerada atípica quando se fala de um padrão de escola formal que vigora na atualidade do país. *Ela é atípica para as pessoas que não entendem uma nova proposta no sistema educacional e até mesmo por dentro dessa escola dita formal entendeu. Trabalho a questão da transversalidade e aí temos que estar trabalhando tudo isso. [...] E aí o nosso grande diferencial enquanto ser, quando falo em ser negro ou ser em geral é estarmos trabalhando com essas coisas que nos eram negadas, que foram silenciadas através dos tempos* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Passando para os temas dessa disciplina, houve uma receptividade muito grande da turma em estar participando nos conteúdos da disciplina. Por volta de 45 alunos estavam assistindo às aulas que eram palco de diálogos sobre a identidade dos alunos negros. *Por que tenho algumas manifestações enquanto negro. Bom tu veio de um grupo ou de uma etnia que tinha esse reflexo que hoje faz parte do teu cotidiano. Conhecer isso me faz entender várias coisas que para mim não estão resolvidas enquanto ser negro entendeu. Por isso da importância de trabalhar essas disciplinas com os alunos negros, com certeza se essa passagem nossa pelo curso, trabalhando Civilizações Africanas, Direitos Humanos e Cidadania sob uma óptica negra.* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação)

As últimas considerações a serem feitas a respeito do artigo trazem a tona às iniciativas concebidas por uma ONG em que está a sua frente um integrante do Movimento Negro e por uma Associação Negra que desenvolve um tipo de ação afirmativa não entendida como uma política pública, mas como um tipo de ação ‘afirmativa distorcida’.

O diferencial que os cursos apresentam é justamente por ser uma ação não incorporada pelos órgãos estatais como uma política pública. As propostas configuram-se

por sua função social, e mais propriamente a de cunho racial, e que vêm exercendo junto aos estudantes negros e carentes sem o auxílio dos cofres públicos.

No cotidiano desses cursos não são trabalhados somente conteúdos que estão no programa do Exame Vestibular. Para, além disso, se discute temas como: discriminação, a carreira universitária, racismo, postura frente a uma entrevista para conseguir emprego, leis possíveis de serem acionadas frente a casos de discriminação / preconceito / racismo, doenças (aquelas em que a incidência é maior em negros do que em brancos). Tais disciplinas preparam não somente para o vestibular mas, sobretudo, para a vida. E, se não conseguem alcançar tal objetivo, tentam informar indivíduos de seu papel na sociedade e na sua comunidade.

Dessa forma, o papel dos cursos ultrapassa a preparação para o vestibular. Os cursos ao desempenhar seu trabalho junto aos alunos, acabam por se transformar em um ambiente de socialização. O grupo de discentes se une em prol de um sonho comum – o ingresso na universidade e para isso, se reúnem noites e noites para assistir as aulas e retomar conteúdos adormecidos no seu inconsciente. Nos momentos vividos coletivamente em que estão juntos os estudantes acabam fazendo amizades, paquerando e namorando, indo a festas, logo, seria um espaço socializante que os cursos acabam proporcionando a esses alunos. É importante frisar que, raramente, se encontram para estudar, mas sim para outros eventos (cinema, almoço, passeios), o que acontece com mais frequência. Por isso, esses espaços vão além do preparo para o vestibular, mostrando-se como um lugar propício para amizades e relações que ultrapassam o local dos cursos.

Para trazer a tona o papel dos cursos fez-se necessário articular os dados coletados das entrevistas e observações, numa perspectiva etnográfica, em conjunto com os materiais obtidos durante a realização da pesquisa. No entanto, tais dados fizeram sentido quando combinados com a teoria abordada sobre raça e ação afirmativa.

Ouvir alunos, professores e coordenação foi essencial para mostrar o que pensam sobre os cursos. Ao observá-los possibilitou-me retratar com mais concretude e clareza as ações empreendidas pelos cursos para que, realmente, aconteçam com seus erros e acertos na construção diária do seu trabalho. Acima de tudo a ‘força e garra’ faz com que, cada um deles, desempenhe sua parte na construção do bonito trabalho que vem sendo desenvolvido pelos cursos.

Outro ponto fundamental desta articulação serviu para corroborar, o quadro de desigualdades que os negros vêm sofrendo desde que foram trazidos nos navios negreiros para o Brasil. Além disso, mostrou através das falas e práticas dos sujeitos, a novidade deste trabalho ao realizar, por meio de iniciativas de lideranças negras, uma maneira de superar esta situação, conquistando espaços no tecido social e a ampliação da consciência crítica dos negros.

Pode-se avançar ainda no sentido de entender os cursos pré-vestibulares como uma forma de ‘abolição das desigualdades’ a partir do momento em que existirão diferentes raças nos bancos universitários e não somente alguns serão detentores do conhecimento que circula no interior das universidades. Só então se pode pensar na construção de um novo modelo de sociedade, com indivíduos mais próximos da condição de igualdade e de cidadania.

Mais do que nunca se torna essencial à ação do Estado, para superar estas dificuldades que o aluno vem enfrentando para ingressar na universidade. Recentemente os órgãos governamentais do Estado estão assumindo seu papel, propondo políticas de ação afirmativa, por meio do Programa Diversidade na Universidade. Mas, quantos anos demorarão os resultados deste tipo de Programa? Esse é um dos questionamentos que devemos fazer em direção as mudanças para solucionar os problemas que separam brancos e negros no Brasil. Pelo menos, estamos caminhando, avançando, na construção de uma sociedade igualitária para indivíduos independente de sua cor, origem, sexo.

BIBLIOGRAFIA

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, 1996.

BARROS, Graciete Maria Nascimento. **ENC: Subsídios para regulamentação da Lei 10.639, de 9/01/2003-História e Cultura Afro-Brasileira**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por GracieteBarros@mec.gov.br em 9 jun. 2003.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000. IBGE. Pesquisa Nacional por Domicílio – PNAD 1996. (www.ibge.gov.br).

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000. IBGE. Pesquisa Nacional por Domicílio – PNAD 1999; Síntese dos Indicadores Sociais (www.ibge.gov.br).

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEMOCRACIA VIVA 11. **IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Jul 2001/Out 2001.

GELEDÉS. Disponível na Internet: <http://www.geledes.com.br>. Capturada em: 20 de abril 2002.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Maza Edições, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

INSPIR. Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. **Presença da População Negra nas Áreas Estudadas**. Disponível na internet: <http://www.inspir.org.br/prese2.htm>. Capturado em 15 mar. 2002. Online.

MULHER E TRABALHO. In: GALEAZZI, Irene M. S. (organizadora). **MULHER E TRABALHO**: Publicação especial do convênio da pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre – PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, 2001, p. 61-68.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Sales Augusto. Ação afirmativa ou a utopia possível. In: OLIVEIRA, Dijaci David de... [et al.] (org.). **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs.). Questão racial no Brasil. In: **Negras Imagens: Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996, p. 153-177.

SILVA Jr., Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 359-387.

SANSONE, Livio Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 41, nº 4, 1998.

SILVA, Wilson. Para que se comece a fazer justiça. In: ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 35-61.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa: percepções da “Casa Grande e da Senzala”**. Texto preparado para o encontro da 2001 *Annual Meeting of the Law and Society Association in Budapest*, Hungary, entre 03/07 julho de 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1989.

STEIL, Carlos Alberto. Estado, Movimentos Sociais e ONGs: a Guerra-Fria e a globalização como cenários de compreensão da realidade social. In: **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 09-16.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. V. 4, nov. 2001. Bases teórico-metodológicas de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais – Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

VOIGT, Léo. Elementos introdutórios sobre o Terceiro Setor no Brasil. In: **Humanas:** Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 71-82.

ANEXO

Tabela 1 - Distribuição da população por cor ou raça* - 1999

	Percentual (%)			
	Branca	Preta	Parda	Amarela e Indígena***
Brasil	54,0	5,4	39,9	0,6
Região Norte urbana**	28,4	2,3	68,3	1,0
Região Nordeste	29,7	5,6	64,5	0,2
Região Sudeste	64,0	6,7	28,4	0,8
Região Sul	83,6	3,0	12,6	0,7
Região Centro-Oeste	46,2	3,5	49,4	0,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - 1999, [CD-ROM].
Microdados Rio de Janeiro: IBGE 2000.

* Exclusive as pessoas que não declararam sua cor.

** Exclusive a população de área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

*** O dado disponível na Síntese de Indicadores Sociais não desagregou estas duas categorias (nota da autora).

**Tabela 2 - Estimativa da População Total e da População Negra
Brasil - Regiões Metropolitanas 1998**

Regiões Metropolitanas	População Total	População Negra	
	(em 1.000 pessoas)	(em 1.000 pessoas)	% sobre pop total da região
Belo Horizonte	3.954	2.048	51,8%
Distrito Federal	1.691	1.078	63,7%
Porto Alegre	3.491	412	11,8%
Recife	3.210	2.054	64,0%
Salvador	2.790	2.265	81,2%
São Paulo	17.039	5.626	33,0%
TOTAL	32.175	14.483	43,7%

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Raça Negra: pretos e pardos; não negra: brancos e amarelos.

Tabela 3 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo e cor ou raça* - 1999

	Tabela 4 - Média de anos de estudo				
	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta/Parda
Brasil	5,7	5,6	5,9	6,6	4,6
Região Norte urbana*	5,7	5,5	5,9	6,7	5,4
Região Nordeste	4,3	4,0	4,7	5,3	3,9
Região Sudeste	6,5	6,4	6,5	7,1	5,2
Região Sul	6,2	6,2	6,3	6,5	4,7
Região Centro-Oeste	5,9	5,7	6,2	6,8	5,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999, [CD-ROM], Microdados Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

* Exclusive a população de área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 4 - Taxa de desemprego das mulheres, segundo a idade e cor, na RMPA - 1993-00

ANOS E VARIACÕES	Idade				Cor	
	De 10 a 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 25 a 39 Anos	40 Anos e Mais	Branca	Não Branca
Anos						
1993	38,5	16,9	11,6	6,7	13,8	17,6
1994	41,6	14,9	10,8	5,3	12,6	16,5
1995	36,8	14,0	10,8	5,8	12,7	14,3
1996	37,3	19,3	12,1	7,2	13,8	15,5
1997	40,8	19,1	12,9	8,1	14,4	18,8
1998	52,8	20,5	15,9	10,1	18,1	22,3
1999	55,2	23,4	18,4	12,6	21,0	27,9
2000	53,1	20,9	16,1	11,6	18,6	26,3
Δ% anual						
2000/1999	-3,8	-10,7	-12,5	-7,9	-11,4	-5,7
1999/1998	4,5	14,1	15,7	24,8	16,0	25,1
1998/1997	29,4	7,3	23,3	24,7	25,7	18,6
1997/1996	9,4	-1,0	6,6	12,5	4,3	21,3
1996/1995	1,4	37,9	12,0	24,1	8,7	8,4
1995/1994	-11,5	-6,0	0,0	9,4	0,8	-13,3
1994/1993	8,1	-11,8	-6,9	-20,9	-8,7	-6,3

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS. SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Tabela 5 - Taxa de desemprego dos homens, segundo a idade e cor, na RMPA - 1993-00

ANOS E VARIAÇÕES	Idade				Cor	
	De 10 a 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 25 a 39 Anos	40 Anos e Mais	Branca	Não Branca
Anos						
1993	29,1	22,1	11,6	5,7	9,9	16,1
1994	32,8	21,2	10,8	4,9	9,2	15,4
1995	27,5	21,2	10,8	5,1	8,7	12,6
1996	32,4	23,4	12,1	7,6	11,5	19,1
1997	32,6	25,3	12,9	8,0	11,6	17,1
1998	38,6	28,7	15,9	9,0	13,1	18,4
1999	48,0	34,1	18,4	11,8	15,8	23,8
2000	45,3	30,6	16,1	9,3	13,3	22,1
Δ% anual						
2000/1999	-5,6	-10,3	-12,5	-21,2	-15,8	-7,1
1999/1998	24,4	18,8	15,7	31,1	20,6	29,3
1998/1997	18,4	13,4	23,3	12,5	12,9	7,6
1997/1996	0,6	8,1	6,6	5,3	0,9	-10,5
1996/1995	17,8	10,4	12,0	49,0	32,2	51,6
1995/1994	-16,2	0,0	0,0	4,1	-5,4	-18,2
1994/1993	12,7	-4,1	-6,9	-14,0	-7,1	-4,3

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS. SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

**Tabela 6 - Estimativa da População Total por Condição de Atividade Segundo Raça
Região Metropolitana de Porto Alegre - 1998 (em 1000 pessoas)**

Estimativas Populacionais	Total	Raça	
		Negra	Não Negra
População Total	3.491	412	3.079
População em Idade Ativa (10 anos ou mais)	2.894	344	2.550
População Economicamente Ativa	1.640	192	1.448
Desempregados	260	40	220
Ocupados	1.380	153	1.227
Inativos	1.254	150	1.104
Menos de 10 anos	597	68	529

Fonte: DIEESE/SEADE, FEE, FGTS, SINE-RS. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - RMPA
Elaboração: DIEESE

Obs.: Raça Negra: pretos e pardos; não negra: brancos e amarelos.